

RELAÇÕES RURAL-URBANO, TRANSFERÊNCIAS PESSOAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

UMA ANÁLISE A PARTIR DE POPULAÇÕES RESIDENTES NA CIDADE DE MAPUTO¹

João Feijó e Momade Ibraimo

Ao longo das últimas décadas, o processo de globalização e a crescente importância das ligações internacionais não deixaram de ter um impacto sobre as relações estabelecidas entre o campo e a cidade. As grandes capitais africanas, entre as quais a cidade de Maputo, enfrentam hoje a forte pressão de, simultaneamente, constituírem a porta de ligação do país com o exterior (funcionando, portanto, como veículo de entrada de ideias e hábitos de consumo, de investimento ou de ajuda externa) mas também, ao mesmo tempo, estabelecerem profundas relações com o seu *hinterland* rural.

Ao longo deste texto e depois de se considerarem as múltiplas relações estabelecidas entre a cidade e o campo, pretende-se realizar um enfoque sobre a importância das transferências pessoais das populações migrantes para a melhoria da qualidade de vida das comunidades de origem ou para o desenvolvimento rural. A partir de um estudo acerca das relações estabelecidas pelas populações residentes na cidade de Maputo com os seus contextos rurais de origem, pretende-se aferir a dimensão dos fluxos financeiros envolvidos, assim como as formas de aplicação. Num último momento, pretende-se reflectir sobre um conjunto de campos de actuação, por parte dos fazedores de políticas públicas, que possam gerar proveito das condições favoráveis resultantes das remessas financeiras.

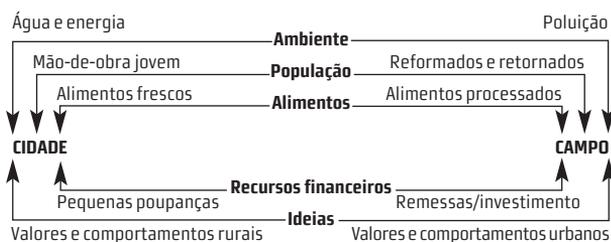
AS TRANSFERÊNCIAS PESSOAIS NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES RURAL-URBANO

A análise das relações entre o campo e a cidade depara-se com um conjunto de obstáculos que dificultam a compreensão da complexidade deste fenómeno. Por um lado, as distinções

¹ O texto resulta de um projecto de investigação em curso, desenvolvido pelo Observatório do Meio Rural e intitulado *Migrações Rurais e Ligações com o Campo – uma análise a partir das cidades de Maputo, Tête e Quelimane*.

conceptuais entre rural e urbano são dinâmicas, portanto alvo de transformações políticas, frequentemente definidas de forma arbitrária e variável de região para região. Esta distinção torna-se ainda mais complexa nas circunstâncias em que as cidades se expandem rapidamente e estendem os seus limites físicos e de influência para zonas rurais ou na compreensão de assentamentos intermédios (vilas de pequena dimensão, etc.), com diferentes níveis de interacção com o *hinterland* rural. Por outro lado, distinguir as populações em categorias estáticas assume que estes grupos reflectem, com rigor, as respectivas realidades, quando na verdade existem múltiplas localizações de agregados familiares ao longo de um *continuum* rural-urbano, em movimento e em interacção e, assim, com características híbridas. Definições estáticas de rural e de urbano não captam, por exemplo, a realidade de migrantes² sazonais que se movem regularmente entre o campo e a cidade. Neste contexto, mais importante do que estabelecer os limites conceptuais, geográficos ou administrativos entre o rural e o urbano é conhecer as ligações entre os mesmos e as suas dinâmicas interdependentes. Neste sentido, e recorrendo a Lynch (2005), procura-se sintetizar na Figura 1 a complexidade do relacionamento entre o campo e a cidade.

FIGURA 1. FLUXOS DE RELACIONAMENTO ENTRE A CIDADE E O CAMPO



Fonte: Adaptado de Lynch (2005).

A Figura 1 ilustra os fluxos existentes – em termos ambientais, demográficos, alimentares, financeiros ou de ideias – entre o campo e a cidade, demonstrando a possibilidade de circulação nos vários sentidos. Em função das diversas realidades socioeconómicas ou das estruturas dos mercados, os sentidos dos diferentes fluxos podem predominar numa determinada direcção, naturalmente com variações temporais. Se os fluxos ambientais, populacionais ou alimentares são empiricamente observáveis no dia-a-dia, os fluxos de ideias ou financeiros já não são tão

² Importa também referir que o conceito de migrante se torna desadequado para traduzir as populações residentes há várias décadas nas grandes cidades, com poucas ou nenhuma relações estabelecidas com o seu universo rural de origem e com um sistema identitário vinculado à cidade. O conceito de migrante utilizado ao longo deste texto designa, na realidade, as populações não naturais na cidade de Maputo, na linguagem popular designada «vientes».

facilmente perceptíveis, estando, por esse motivo, representados de forma subterrânea. Como admite Lynch (2005: 6), uma das limitações desta representação gráfica é que explica o mundo urbano e o mundo rural como realidades claramente separadas, ignorando toda a complexidade das definições destes dois universos, frequentemente híbridas e com fronteiras pouco claras. Se o relacionamento entre o campo e a cidade se apresenta de forma complexa e multidimensional, ao longo deste texto pretende-se realizar uma focagem em torno de uma dimensão específica, nomeadamente dos fluxos financeiros entre o campo e a cidade, por parte das populações urbanas de descendência rural. A partir de 2009, na análise das transferências financeiras dos emigrantes para os seus países de origem, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Melde, 2011: 5) passaram a utilizar o conceito de «transferências pessoais», designando «todas as transferências em espécie ou género remetidas ou recebidas por migrantes e outras pessoas» para o país ou comunidade de origem. Ao longo deste texto utilizaremos o conceito de remessas ou de transferências pessoais para designar os fluxos financeiros – na forma monetária ou em bens de consumo – transferidos entre um local de destino e uma comunidade de origem.

O envio de transferências pessoais das populações migrantes tem merecido uma particular atenção, quer por parte dos governos, quer das agências de desenvolvimento internacionais, quer dos académicos. A inexistência de condições bancárias ou serviços financeiros conectando as zonas de envio e as zonas de recepção, assim como o facto de muitas populações serem oriundas de zonas rurais remotas, constitui obstáculos à canalização destes valores através dos mecanismos financeiros formais. Por um lado, as agências bancárias permanecem fortemente concentradas nas grandes capitais provinciais, sendo que, em 2013, a cidade de Maputo concentrava 36,5% das 520 agências bancárias em funcionamento no País (BdM, 2013: 129). Não obstante um aumento da taxa de população bancarizada³, de acordo com dados do FinScope 2014, enquanto 40% da população urbana havia tido um contacto com o serviço formal bancário (em 2009 representavam 27%), apenas 9,9% da população rural se encontrava nas mesmas condições (em 2009 constituíam 4,2%) (FinMark Trust, 2015: 33). De acordo com a mesma fonte, 29% da população rural reside a mais de três horas de distância de uma instituição financeira formal, percentagem que diminui para apenas 3% entre a população urbana. Em 2014, entre 12 países africanos analisados pelo FinScope (FinMark Trust, 2015), Moçambique ocupava a nona posição em termos de exclusão financeira (60% da população), incluindo o sistema financeiro formal e informal.

A simples existência de instituições financeiras não constitui condição suficiente para a respectiva utilização. Os dados do FinScope 2015 demonstram que, para 65,3% dos inquiridos, a inexistência de valor monetário suficiente constituía o motivo para a não abertura de conta bancária.

³ O FinScope (Finmark Trust, 2015: 28) inclui em população bancarizada todos aqueles que detêm uma conta bancária singular ou conjunta, assim como todos aqueles que, não sendo clientes, utilizam instituições bancárias por outros motivos, como transferência ou recepção de valores monetários.

Por outro lado, complexidades burocráticas, como a exigência de documentos de identificação pessoal, despesas de manutenção ou de valores mínimos, não deixam de desencorajar os migrantes mais pobres ou menos instruídos a abrir contas bancárias e a utilizar os respectivos serviços de transferência. Neste contexto, muitas populações migrantes preferem a utilização de canais informais, assentes em redes de confiança mútua e de longa data, frequentemente mais económicos e não necessitando das mesmas exigências burocráticas. Os dados do FinScope demonstram, no entanto, uma diminuição da percentagem de inquiridos que recorrem a familiares e amigos para envio de remessas (de 51% para 34%) e uma maior recorrência à via bancária (de 43% para 64%). De qualquer das formas, uma vez que uma grande parte dos montantes continua a ser enviada através de canais informais, quer na forma monetária quer em género, torna-se difícil quantificar os valores das transferências pessoais de populações migrantes, excedendo largamente os montantes oficiais registados. A partir da literatura existente sobre remessas de migrantes, Ghosh (2006) distingue um conjunto de características sociais que exercem uma influência sobre o volume de remessas transferidas. Por um lado, a deslocação temporária ou com um objectivo económico específico (aquisição de um terreno, construção de uma casa, criação de um negócio após regresso, financiamento de eventos familiares ou atendimento a despesas de educação de familiares, entre outras) constitui um factor propenso para o envio de maiores volumes de remessas para o local de origem (Ghosh, 2006: 22). Por outro lado, nas situações em que o migrante deixa a sua família no local de origem, tende-se, da mesma forma, a aumentar o volume de transferências, registando-se a tendência inversa quando se concretiza o reassentamento familiar no local de destino ou com o prolongamento do período de residência na cidade, com o conseqüente enfraquecimento das ligações com o local de origem. A informação disponível permite também adiantar a hipótese de que o volume dos fluxos financeiros das populações migrantes é inversamente proporcional ao nível de qualificação das populações deslocadas ou do seu nível de rendimento. De facto, os migrantes altamente qualificados e bem pagos tendem a canalizar os seus investimentos para os contextos de acolhimento – por hipótese, por se encontrarem aí mais bem inseridos e informados sobre as oportunidades de investimento (Ghosh, 2006: 23) –, ainda que essa tendência possa ser atenuada por outros factores, como as obrigações familiares assumidas para com a sociedade de origem. Finalmente, as mulheres tendem a transferir menores volumes financeiros para os locais de origem, associando-se esta tendência ao facto de auferirem, geralmente, rendimentos inferiores aos dos homens.

Para além das características dos migrantes, um conjunto de outros factores macrosociais tende a condicionar os fluxos de bens e capitais, nomeadamente as condições socioeconómicas (acesso a infra-estruturas, possibilidades de investimento ou de emprego) ou políticas (governança e funcionamento das instituições, estabilidade administrativa) no local de origem ou de acolhimento. Importa salientar que, contrariamente à ajuda ao desenvolvimento, o fluxo de remessas de migrantes é canalizado directamente para o orçamento das famílias, exercendo por isso um impacto imediato em termos microsociais.

MIGRAÇÕES RURAIS E CONCENTRAÇÃO URBANA: O CASO DA CIDADE DE MAPUTO

Tal como noutros países africanos e asiáticos, a taxa de crescimento da população urbana em Moçambique tem registado, ao longo das últimas décadas, valores elevados⁴. Em 1980, a população considerada urbana, vivendo nas 12 cidades existentes, era de apenas 1,5 milhões de habitantes, representando 13,2% da população total. Cerca de metade dessa população urbana residia em Maputo, o que demonstrava o padrão de distribuição populacional fortemente concentrado na capital. Em 1990, a população urbana aumentou para 2,8 milhões (20,9% da população de Moçambique) e, dez anos mais tarde, para 5,7 milhões (31,8% da população). De acordo com as previsões no *site* oficial do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2016 a percentagem da população moçambicana a residir em áreas urbanas é de 47,6%. Constituindo um dos principais motores para esta tendência, a população de Maputo conheceu um crescimento exponencial, aumentando de 378 mil habitantes em 1970 para 871 mil em 1991 e para cerca de 1,1 milhões em 2007, conhecendo no novo milénio uma desaceleração do crescimento.

Este aumento da população urbana tem sido explicado por um conjunto de três factores, que não serão necessariamente apresentados por ordem de importância. Em primeiro lugar, o processo de reclassificação como municípios de um conjunto de áreas anteriormente consideradas rurais teve como consequência a contabilização como urbanos de um conjunto de indivíduos, sem que se tenham deslocado ou alterado o estilo de vida. Em segundo lugar, a componente de crescimento natural não deixou de explicar o aumento da população urbana, não obstante a taxa de fecundidade da população das cidades se apresentar hoje bem inferior à das congéneres rurais⁵. Em terceiro lugar, os processos de êxodo rural e de migração para as grandes cidades contribuem para a explicação do forte crescimento urbano. De facto, ao longo das últimas décadas, as cidades, em geral, e a capital do País, em particular, exerceram uma influência atractiva sobre as populações. Por um lado, pela segurança oferecida, sobretudo durante a guerra dos 16 anos, gerando-se um movimento de refugiados que não só contribuiu para um elevado crescimento da população urbana como alargou as redes familiares e as oportunidades migratórias nas décadas seguintes. Por outro lado, Maputo vem oferecendo um conjunto de

⁴ De acordo com os dados da United Nations Population Division (Tacoli *et al.*, 2015: 9), trata-se de uma tendência que caracteriza a África Subsaariana e o continente asiático em geral. Ao longo da última década foram registadas taxas de crescimento anual superiores a 4%, o que contrasta com os 0,4% registados no continente europeu. O valor médio mundial foi de 2,3%.

⁵ De acordo com os Censos de 2007, a taxa de fecundidade em Maputo encontrava-se nos 3% – registando a maior variação negativa nacional (redução de 28,7%) relativamente à década anterior –, sendo inferior à taxa de fecundidade média nas zonas urbanas (4,3%) e das zonas rurais (6,4%). A taxa de fecundidade nas zonas rurais é consistente com uma economia rural caracterizada pela reduzida integração no mercado, pelo défice de tecnologia utilizada, pela produção de subsistência e por baixos níveis de rendimento.

possibilidades de emprego e rendimento, assim como de acesso ao consumo, a condições de educação⁶ ou de saúde⁷.

O Quadro 1 resume o volume total de migrantes interprovinciais acumulados⁸ e respectivos saldos migratórios por província, registados nos censos demográficos de 1997 e 2007. O quadro permite constatar que, em 1997 e 2007, o volume total de migrantes interprovinciais existente em Moçambique foi de, respectivamente, 1 274 830 e 1 549 101 habitantes, sendo que cerca de metade desta população se apresentou concentrada na cidade de Maputo (respectivamente 360 858 e 343 919) e na província de Maputo (263 729 em 1997 e 453 347 em 2007), com impactos nos respectivos saldos migratórios. Em 2007, os imigrantes da capital continuavam a ser fortemente originários de Gaza (34,1%), Inhambane (29,1%), da província de Maputo (15,6%) e Zambézia (4,7%).

QUADRO 1. MIGRAÇÃO INTERNA ACUMULADA, POR PROVÍNCIA, MOÇAMBIQUE (1997 E 2007)

Província	Imigrantes		Emigrantes		Saldo Migratório	
	Internos Acumulados		Internos Acumulados			
	1997	2007	1997	2007	1997	2007
Niassa	33 060	45 480	31 395	35 962	1665	9518
Cabo Delgado	31 140	40 947	42 230	48 791	-11 090	-7844
Nampula	84 682	97 574	69 958	98 882	14 724	-1308
Zambézia	54 501	67 003	154 291	211 462	-99 790	-144 459
Tete	37 235	41 289	76 320	87 020	-39 085	-45 731
Manica	126 217	157 669	41 895	53 519	84 322	104 150
Sofala	151 382	171 298	126 776	160 390	24 606	10 908
Inhambane	66 314	67 126	242 400	272 806	-176 086	-205 680
Gaza	65 712	63 449	239 674	251 660	-173 962	-188 211
Maputo (província)	263 729	453 347	93 312	85 501	170 417	367 846
Maputo (cidade)	360 858	343 919	156 579	243 108	204 279	100 811
TOTAL	1 274 830	1 549 101	1 274 830	1 549 101	0	0

Fonte: IIRGPH (Recenseamento Geral de População e Habitação), de 1997, e IIRGPH, de 2007 (Raimundo & Muanamoha, 2013).

Não obstante os problemas de urbanização registados nas grandes cidades moçambicanas (Raposo & Salvador, 2007; Jenkins, 2012)⁹, ao longo dos últimos anos, as políticas públicas

⁶ Considerando a população estudantil universitária, os dados oficiais do Ministério da Educação demonstram que, em 2010, 46,7% estava matriculada na cidade de Maputo, o que não deixava de contribuir para a explicação dos fluxos migratórios que se vinham registando para a capital de Moçambique.

⁷ De acordo com os dados disponíveis pelo Ministério da Saúde (Pinto & Panguene, 2014), a cidade de Maputo concentra mais de um terço (37,9%) de todos os médicos do País, sendo que existem mais médicos na capital do que em todas as províncias a norte do rio Save (exceptuando Sofala). Esta discrepância entre Maputo e o resto do País é particularmente notória a partir do rácio médico por habitante. Os 42,8 médicos por cada cem mil habitantes existentes na capital contrastam, por exemplo, com os valores registados nas províncias de Tete (2,9), Nampula (3,1) ou Cabo Delgado (3,1), não obstante os volumes de investimento realizados nestas regiões, em virtude da implementação de grandes projectos.

⁸ Os imigrantes internos acumulados numa determinada província constituem todos os indivíduos que, na data do censo, residiam nessa província, tendo nascido noutra. Por sua vez, os emigrantes acumulados de uma província constituem todos aqueles que, tendo nascido nessa província, à data do censo se encontravam a residir noutra. O saldo migratório obtém-se pela diferença entre imigrantes e emigrantes em cada província.

⁹ O rápido crescimento populacional traduziu-se na saturação das infra-estruturas urbanas, colocando aos municípios um sério problema de planeamento e de gestão, particularmente ao nível da circulação urbana, do saneamento ou da gestão de resíduos sólidos ou de assentamentos informais. Por outro lado, o crescimento populacional num contexto de desindustrialização gerou problemas de desemprego, de informalização das actividades económicas e de insegurança urbana. Paralelamente, a informalização generalizada da economia e a reduzida capacidade fiscal constituem um grande desafio para os municípios.

adoptadas pelo Estado têm continuamente beneficiado as populações de origem urbana, em detrimento das congéneres rurais, tornando aqueles espaços geográficos comparativamente mais atractivos. Quer as nacionalizações dos centros de saúde e dos prédios de arrendamento¹⁰ (fortemente concentrados nas cidades) quer a posterior possibilidade de alienação, a preços acessíveis, de um vasto património do Estado beneficiaram, sobretudo, as populações citadinas. A criação de um corredor de desenvolvimento em Maputo e o conseqüente crescimento do investimento privado concentrou os volumes investidos e a geração de emprego em torno da capital. De acordo com os dados disponibilizados pelo Centro de Promoção de Investimentos (CPI), entre 1990 e 2005, cerca de dois terços (63,7%) do valor de todos os investimentos aprovados destinavam-se à província de Maputo. A área metropolitana da capital beneficiou de importantes obras de reabilitação e renovação de redes de abastecimento de água, de ligações rodoviárias, ferro-portuárias, assistindo ao desenvolvimento dos mercados de consumo. A forte concentração do Orçamento do Estado a nível central (Forquilha, 2015: 90) não deixa de ter impactos diversos sobre o País, contribuindo para uma economia dual. Por outro lado, diversas políticas de concessão de subsídios (a combustíveis ou ao consumo de bens alimentares importados como o trigo ou o arroz), resultantes da pressão de movimentos sociais urbanos¹¹, beneficiaram sobretudo as populações assalariadas da capital, cujo rendimento se apresenta bem acima da mediana nacional. Por sua vez, a política de fortalecimento do metical não deixou de ser motivada pela necessidade de contenção da inflação dos preços urbanos (de produtos maioritariamente importados), amortecendo desta forma os protestos sociais, retirando capacidade competitiva aos agricultores nacionais. Apesar de abrangerem uma pequena fatia populacional, empregada no sector formal da economia (detendo por isso um reduzido impacto na sociedade), a instituição de salários mínimos diferenciados e a desvalorização da mão-de-obra rural¹² também contribuíram para o aumento das desigualdades entre o campo e a cidade. Mais próxima dos centros de decisão política, é também na capital que se concentram as

¹⁰ Jenkins (2012) apresenta, no entanto, um conjunto de problemas em resultado do reassentamento de populações de origens rurais, em grandes edifícios urbanos e de forma densificada, agravado pela incapacidade económica, quer dos moradores quer da Administração do Património Imobiliário do Estado (APIE), de realizar as respectivas manutenções, concorrendo desta forma para a rápida degradação do parque imobiliário. A nacionalização dos prédios de arrendamento traduziu-se na paralisação do sector da construção civil, que, nas décadas seguintes, praticamente se circunscreveu à finalização de edifícios inacabados, frequentemente destinados a actividades administrativas ou a alojamento de cooperantes. Neste contexto, a procura de habitação em resultado do aumento populacional desencadeou um rápido crescimento de assentamentos informais nas zonas urbanas e periurbanas da cidade.

¹¹ Destacam-se os motins populares de 5 de Fevereiro de 2008 (como reacção ao aumento do preço do transporte) e de 1 e 2 de Setembro de 2010 (em reacção ao aumento do preço do pão e de outros bens essenciais), que consistiram na obstrução popular das principais artérias de acesso à cidade, com queima de pneus. Episódios de linchamentos urbanos não deixam de traduzir a existência, em Maputo, de um elevado potencial de violência (Serra, 2008), explorado por uma comunicação social sensacionalista, que não deixa de exercer pressão sobre o poder político.

¹² Ao longo da última década, o salário mínimo estipulado para a agricultura, caça e siviltura permaneceu o mais baixo de todos os sectores de actividade, beneficiando inclusivamente de taxas de crescimento inferiores, sobretudo quando comparado com as actividades dos serviços financeiros, bancos e seguradoras, profissões predominantes nas zonas urbanas.

sedes das grandes empresas multinacionais, assim como das agências de desenvolvimento internacionais. Estes factores são responsáveis por aquilo que se vem designando *urban bias*, nomeadamente políticas públicas que beneficiam os cidadãos em virtude da respectiva capacidade de reivindicação dos seus interesses¹³, resultando numa maior concentração dos benefícios nos centros urbanos. Trata-se de políticas que distorcem o desenvolvimento económico e social, marginalizando os residentes no meio rural e aumentando as desigualdades socioespaciais entre o campo e a cidade, culminando em fenómenos de êxodo rural e de concentração urbana.

Paralelamente, o carácter atractivo da cidade conjuga-se com uma série de factores repulsivos do campo, caracterizado pela reduzida estruturação dos mercados, pela ausência de oportunidades de emprego, pelas dificuldades de acesso a água ou a energia, assim como pela elevada dispersão de centros de saúde e de ensino.

OBJECTIVOS DO ESTUDO E METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Se o fenómeno de migração do campo para a cidade tem sido significativo, importa analisar o impacto que estes movimentos populacionais exercem sobre o local de destino. Ao longo deste texto pretendem-se analisar as relações que as populações de origem rural estabelecem, uma vez na cidade de Maputo, com os seus contextos rurais de origem. Neste sentido, o texto tem essencialmente três objectivos, nomeadamente: (1) descrever os fluxos financeiros entre a cidade e o campo, assim como as respectivas formas de aplicação, distinguindo situações de investimento e de consumo; (2) identificar as expectativas construídas pelos migrantes relativamente ao seu local de origem, procurando aferir potenciais regressos às respectivas comunidades e compreendendo as respectivas motivações; e (3) fazer uma reflexão sobre as políticas públicas em Moçambique relativamente aos fenómenos migratórios internos, com particular incidência sobre o Plano Quinquenal 2015-2019 (GdM, 2015).

O estudo empírico resulta de uma investigação do Observatório do Meio Rural intitulada *Êxodo Rural e Relações com o Campo – um estudo de caso da cidade de Maputo*, cuja recolha de dados assentou em três técnicas principais. Em primeiro lugar foram realizadas 15 entrevistas semiestruturadas a moradores da cidade de Maputo e com origens rurais, oriundos do Norte, Centro e Sul de Moçambique e residentes há diferentes períodos na cidade, procurando-se compreender um conjunto de aspectos relacionados com as motivações e trajectórias migratórias, com as condições de integração em Maputo ou com as relações e expectativas construídas sobre os

¹³ Ao nível das possibilidades de exercício da cidadania, a cidade contrasta com os distritos mais recônditos, marcados por uma maior intolerância das autoridades públicas, pela predominância de uma cultura política de súbdito ou paroquial (Almond & Verba, 1963) e por um ambiente político mais constrangedor.

contextos de origem. Em segundo lugar, e recorrendo-se a uma amostragem estratificada (com um intervalo de confiança de 95% e um erro amostral de 5%), foram aplicados 385 inquéritos por questionário a moradores de Maputo¹⁴, desde que nascidos fora do município (ainda que em Moçambique) e que tivessem praticado actividades agro-pecuárias no local de origem. Maioritariamente composto por perguntas fechadas, o questionário foi aplicado nos locais de residência das populações inquiridas, durante os meses de Maio e Junho de 2015. De forma a abranger um conjunto populacional mais heterogéneo, os questionários foram aplicados em diversos períodos do dia (manhã, tarde e noite), assim como durante a semana e no final da mesma, procurando, dentro de cada bairro (estrato), diversificar as zonas de aplicação. Em terceiro lugar, a equipa de entrevistadores e de inquiridores preencheu uma grelha de observação e realizou um conjunto de fotografias no local, procurando registar as condições socioeconómicas de integração na capital.

Como mostra o Quadro 2, a população inquirida é maioritariamente oriunda do Sul de Moçambique, nomeadamente das províncias de Inhambane (33,4%) e Gaza (28,5%), destacando-se também os nascidos na Zambézia (12,8%). Os oito distritos que mais contribuem com movimentos migratórios para a cidade de Maputo (que representaram, no conjunto, 41,8% desse fluxo populacional) estão localizados a sul do rio Save.

QUADRO 2. PRINCIPAIS DISTRITOS DE ORIGEM DA POPULAÇÃO INQUIRIDA

DISTRITO	%
Manjacaze	7,0
Xai-Xai	7,0
Chibuto	6,2
Zavala	4,9
Massingao	4,9
Vilanculos	4,4
Bilene	3,9
Maxixe	3,4

Num segundo momento, foram identificados dois distritos (Manjacaze e Zavala) de duas províncias distintas, em função da respectiva contribuição migratória para a cidade de Maputo, sendo seleccionada uma localidade em cada um destes distritos, a partir dos locais de origem dos inquiridos. Nestes dois locais foram aplicados 56 questionários na localidade de Ngumene (composta por 250 agregados familiares), situada no distrito de Zavala, e 42 inquéritos em Mangunze (num universo de cem famílias), no distrito de Manjacaze, recorrendo-se em ambos os casos a uma amostragem aleatória, com um intervalo de confiança de 90% e um erro amostral

¹⁴ Em virtude do seu carácter isolado (separado do resto da cidade pela baía do Espírito Santo ou pelo oceano Índico) e não tendo acolhido importantes vagas migratórias, este estudo não considerou os moradores dos distritos urbanos de Kanyaka e Katembe.

de 10%. Ao longo da aplicação dos questionários não deixou de se observar as condições de consumo das populações.

TRANSFERÊNCIAS PESSOAIS E DINÂMICAS DE APLICAÇÃO

A análise das dinâmicas de relacionamento económico das populações residentes em Maputo com o seu universo rural de origem foi feita por recurso a duas dimensões. Por um lado, pretendeu-se analisar os fluxos económicos, expressos pelos volumes monetários e em bens que circulam entre estes dois contextos geográficos ao longo de 2014. Em segundo lugar, quis-se analisar as expectativas construídas pelas populações residentes em Maputo relativamente aos contextos rurais de origem, nomeadamente em termos de projectos construídos relativamente ao futuro.

O Quadro 3 descreve a população inquirida na sua relação financeira com o local de origem, distinguindo o envio e a recepção de remessas e cruzando estas duas variáveis. Da análise dos fluxos (quer de forma monetária quer em bens) entre a cidade de Maputo e o campo, constatou-se que 59,8% dos inquiridos enviaram, ao longo do último ano, algum valor (em bens ou em numerário) para o local de origem, sendo que apenas 19,2% referiram ter recebido uma contrapartida da respectiva comunidade. Importa destacar que quase metade (44,7%) dos inquiridos declarou ter enviado, ao longo do ano anterior, algum valor para o seu local de origem, não tendo recebido nada em troca, sendo que apenas 4,1% se encontram na situação inversa: neste segundo caso, trata-se, maioritariamente, de estudantes residentes em Maputo, financeiramente apoiados pela sua família de origem. Importa destacar que cerca de um terço da população inquirida (36,1%) não mantém qualquer relação financeira com o seu local de origem, traduzindo alguma ruptura no relacionamento económico com a mesma.

QUADRO 3. ENVIO E RECEPÇÃO DE REMESSAS (EM MOEDA E/OU EM BENS) PARA O LOCAL DE ORIGEM, POR PARTE DE MORADORES DA CIDADE DE MAPUTO, EM 2014

	NÃO RECEBE	RECEBE	TOTAL
Não envia	36,10%	4,10%	40,20%
Envia	44,70%	15,10%	59,80%
TOTAL	80,80%	19,20%	100,00%

Na análise dos fluxos e para além dos valores enviados em numerário, contabilizou-se o valor monetário dos bens trocados, questionando-se os inquiridos acerca do valor do produto no local onde foram adquiridos (no caso dos produtos enviados para o local de origem) ou onde poderiam ser vendidos (no caso dos produtos agrícolas oriundos do campo). Da distinção entre a vertente monetária e a vertente em espécie, constatou-se que uma parte significativa do que

é enviado assume a forma de bens e serviços: do total médio de 4887 meticais enviados por pessoa (Quadro 4), apenas 54% desse valor assumiu a forma monetária (2660 meticais). De Maputo para o local de origem destaca-se o envio de alimentos processados (arroz, óleo e açúcar), electrodomésticos (televisores, telemóveis e rádios), cosméticos, material escolar ou de construção, enquanto do campo para a cidade circulam, sobretudo, produtos agrícolas (mandioca, amendoim e milho).

A opção de não enviar dinheiro para as famílias residentes na sua zona de origem, preferindo fazê-lo sobretudo em espécie¹⁵, pode ser explicada por um conjunto de três factores: por um lado, como uma estratégia racional, pelo facto de os bens de consumo enviados poderem ser adquiridos em Maputo a um custo mais económico do que no local de destino. Por outro lado, e pelo facto de determinados bens de consumo serem localmente valorizados, conferindo por essa via prestígio a quem os oferece, uma segunda explicação assume um carácter mais simbólico. De facto, descarregar na esfera pública, aos olhos da comunidade, um conjunto bens de consumo (vestuário da cidade, aparelhos de música, materiais de construção ou alimentos localmente apreciados, entre outros) não deixa de constituir uma opção preferível à oferta de valor monetário, donativo geralmente realizado na intimidade. Para muitas populações migrantes regressadas ao local de origem, torna-se frequentemente importante demonstrar, na comunidade, uma trajectória social ascendente, pelo que, tão ou mais importante que deter poder económico, é mostrar a possibilidade de consumo. Trata-se, também, de uma forma de gerar diferenciação local, entre os agregados que têm familiares na cidade e bem-sucedidos, daqueles que não têm, conferindo aos primeiros um importante capital simbólico, que não deixa de facilitar a respectiva reprodução social. Um último factor pode ser explicado pela estratégia de manutenção de uma relação de poder e de dominação relativamente aos familiares, sobretudo nas relações de género no seio do casal. O fornecimento de valores monetários poderia conferir, à esposa, a possibilidade de canalização das remessas para fins não controláveis pelo marido, potenciando a emancipação económica da mulher e atenuando a situação de dependência paternalista.

Os valores totais das transferências pessoais aparecem resumidos no Quadro 4, a partir do qual se constata que, nesta relação rural-urbano, Maputo assume um carácter predominantemente emissor. De facto, enquanto o valor total enviado foi de 1 881 587 meticais (numa média de 4887 meticais por pessoa), o valor médio recebido na cidade foi de 263 671 meticais (numa média de 684 meticais por inquirido), portanto cerca de sete vezes inferior, o que perfaz um saldo de 1 617 916 meticais a favor do local de origem, ao longo de 2014. O Quadro 4 permite também constatar que, não obstante estarem mais próximas do local de origem, as populações

¹⁵ Neste campo constatou-se uma diferença significativa entre homens e mulheres. Enquanto entre os primeiros apenas 42,4% declararam não ter enviado valores monetários para o local de origem ao longo do ano anterior, entre as segundas essa percentagem aumentou para os 65,2%.

provenientes das províncias do Sul de Moçambique constituem aquelas que menos transferências pessoais enviam. Trata-se de um factor que pode ser explicado quer pelo maior período de residência em Maputo quer pelo menor nível de escolaridade destas populações. O quadro permite também verificar uma considerável diferença em termos de género – os homens tendem a enviar um valor médio cerca de quatro vezes superior, o que se presume estar relacionado com o maior volume de rendimentos¹⁶. Finalmente, importa destacar o facto de o valor médio das remessas enviadas (4887 meticaís) ser seis vezes superior à respectiva mediana (800 meticaís), o que traduz a existência de uma grande dispersão de valores pela amostra e, por consequência, grandes assimetrias sociais. O valor médio é inflacionado pelas elevadas contribuições de um pequeno grupo de migrantes.

QUADRO 4. FLUXOS FINANCEIROS CAMPO-CIDADE, POR PROVÍNCIA E GÉNERO, AO LONGO DE 2014

PROVÍNCIA	VALOR ENVIADO (EM METICAÍIS)		VALOR RECEBIDO (EM METICAÍIS)	
	Média	Mediana	Média	Mediana
Maputo	2634,64	1012,50	132,50	0,00
Gaza	2481,06	0,00	407,73	0,00
Inhambane	8282,17 ¹⁷	650,00	330,10	0,00
Sofala	6909,35	2000,00	0,00	0,00
Manica	6260,71	0,00	0,00	0,00
Tete	1850,00	1400,00	0,00	0,00
Zambézia	2504,44	2000,00	105,61	0,00
Nampula	2656,50	1250,00	190,48	0,00
Cabo Delgado	7388,89	0,00	18 244,44 ¹⁸	0,00
Niassa	1750,00	1000,00	0,00	0,00
Masculino	7166,39 ¹⁹	1275,00	844,19 ²⁰	0,00
Feminino	1963,45	400	363,95	0,00
Geral	4887,24	800,00	684,86	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos.

O Quadro 5 permite demonstrar uma associação entre o período de permanência na cidade de Maputo e a redução dos montantes enviados para o local de origem. De facto, os migrantes que enviam valores menores (inferiores a mil meticaís) residem, em média, há 18 anos na cidade, enquanto aqueles que remetem valores superiores a 15 mil meticaís encontram-se na cidade, em média, há 13 anos.

¹⁶ De facto, enquanto 62,9% das mulheres inquiridas auferiam rendimentos mensais inferiores a 3183 meticaís (à data, equivalente a um dólar por dia), apenas 34,9% dos homens inquiridos se encontravam nas mesmas condições.

¹⁷ Valor bastante influenciado por um indivíduo que enviou acima de 500 mil meticaís, sendo que, sem essa ocorrência, o valor médio enviado para Inhambane desceria para 3855 meticaís.

¹⁸ Valor influenciado por um estudante que recebe valores bastante elevados, sendo que, sem essa ocorrência, os migrantes oriundos de Cabo Delgado receberiam em média 150 meticaís.

¹⁹ Valor influenciado por um único indivíduo, sem o qual a média diminuiria para 4453 meticaís.

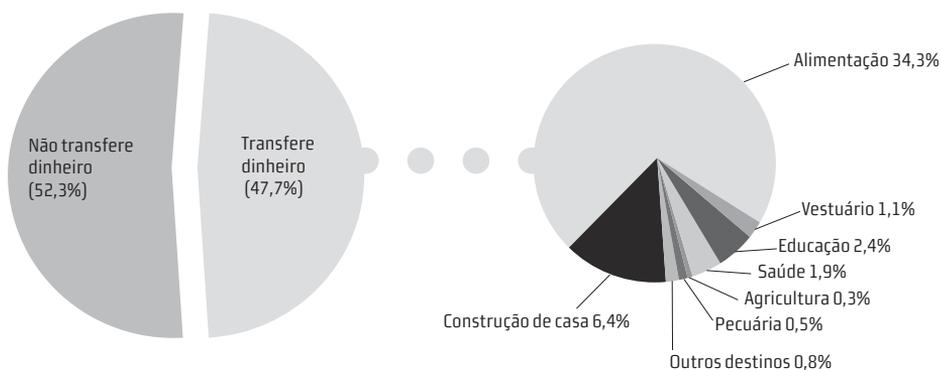
²⁰ Valor influenciado por um indivíduo, sem o qual a média de valores recebidos pelos homens diminuiria para 194 meticaís, o que tornaria o valor médio recebido pelos homens inferior ao congénere recebido pelas mulheres.

QUADRO 5. VALORES ENVIADOS E PERÍODO MÉDIO DE RESIDÊNCIA EM MAPUTO

Valor Enviado (Em meticais)	Período Médio de Residência (Em anos)
<1000	18
1000-3183	12
3184-8000	13
8001-15 000	14
>15 000	13

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos.

Uma outra análise relacionou-se com o uso conferido, no local de destino, aos valores monetários enviados. O Gráfico 1 permite demonstrar que apenas 47,7% dos inquiridos enviam valores monetários. A maior fatia dirige-se à aquisição de produtos alimentares (destino principal para 34,3% da amostra), seguindo-se a construção da casa (6,4% dos inquiridos) e as despesas em educação (2,4% da amostra). Apenas 0,8% de todos os inquiridos referiram o envio de valores monetários para aplicação local em actividades produtivas (neste caso de cariz agro-pecuário). Como explica Ghosh (2006: 65), face às características socioculturais e educacionais das famílias migrantes nos países em desenvolvimento, torna-se compreensível que se sintam relutantes em assumir riscos económicos. A familiarização com situações de ausência de capitais, a reduzida interacção com os mercados e a ausência de oportunidades de investimento adequadas tornam essa opção arriscada.

GRÁFICO 1. DESTINO PRINCIPAL DOS VALORES MONETÁRIOS TRANSFERIDOS PARA A COMUNIDADE DE ORIGEM

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos.

As formas de aplicação dos valores monetários apresentam também alguma relação com o período de residência na cidade de Maputo. O Quadro 6 permite observar que o investimento na agricultura aconteceu, sobretudo, entre as famílias dos inquiridos que residem há menos tempo na capital. Os resultados sugerem, desta forma, que o prolongamento da estada na

cidade concorre para uma ruptura com a actividade agrícola. Enquanto a aquisição de vestuário é feita, maioritariamente, pelos familiares daqueles que residem há mais tempo na cidade, os gastos em despesas médicas ou noutros destinos (cosméticos, materiais de limpeza e tabaco) constituem, em grande parte, apanágio dos residentes há mais tempo na capital.

QUADRO 6. PRINCIPAL DESTINO DO VALOR MONETÁRIO ENVIADO, POR PERÍODO MÉDIO DE RESIDÊNCIA EM MAPUTO

Destino Principal	Período Médio de Residência na Capital
Compra de vestuário	5
Investimento na machamba	7
Construção de casa	11
Despesas de educação	13
Investimento em pecuária	13
Compra de alimentos	14
Despesas médicas	17
Não enviam dinheiro	17
Outros destinos	21

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos.

Um outro aspecto que importa analisar no relacionamento entre o mundo rural e o urbano prende-se com a compreensão dos projectos das populações migrantes relativamente ao futuro. Trata-se de uma dimensão de análise que não deixa de traduzir as expectativas e representações construídas em relação aos espaços geográficos em questão. O Quadro 7 evidencia que, quando questionados acerca do projecto de vida nos próximos cinco anos, a maioria dos inquiridos pretende permanecer em Maputo (78,7%), sendo que apenas uma pequena minoria (14,7%) afirma querer regressar à comunidade de origem, particularmente as populações oriundas do Centro e Norte do País, como Cabo Delgado (50%), Zambézia (34,7%) e Tete (25%). Os inquiridos que desejam regressar à comunidade de origem são geralmente pouco qualificados (69,6% completaram, no máximo, a instrução primária), auferem um rendimento mensal reduzido (em 60% dos casos inferior a 3183 meticais) e residem há menos tempo na cidade (média de dez anos) – pelo menos por comparação com os que pretendem permanecer na capital (com 16 anos de residência média em Maputo). Os dados sugerem que o projecto de regresso ao campo está relacionado com menores níveis de integração social na cidade, em termos profissionais e sociolinguísticos. A partir de dados qualitativos recolhidos (através de entrevistas e conversas informais), essa tendência foi perceptível entre os moradores oriundos das províncias do Centro do País (Tete e Zambézia), particularmente entre os menos escolarizados, que chegaram mais recentemente à cidade e estão ainda em processo de inserção social (arrendando dependências e sem recomposição familiar). O assunto do regresso ao distrito de origem era recorrente, proliferando histórias de indivíduos com trajectos circulares entre a comunidade de origem e a capital do País. Se atendermos a que os inquiridos que pretendem mudar para uma outra zona rural (que não o local de origem) representam um valor residual (0,5%), concluímos o carácter pouco atractivo

do universo rural para as populações residentes em Maputo. Entre as mulheres (86,7%), constatou-se uma preferência mais vincada para permanecer na cidade, o que pode ser explicado por dois factores: em primeiro lugar, Maputo proporciona o acesso a bens de consumo e infra-estruturas urbanas (relacionadas com o acesso a água, energia ou a mercados), tornando desta forma a realização de tarefas domésticas (maioritariamente da sua responsabilidade) bem mais facilitada; em segundo lugar, os dados demonstram que o trajecto migratório proporciona às mulheres uma maior emancipação social, observável ao nível da inserção na vida activa, dos rendimentos auferidos ou da maior participação em actividades associativas. Se no local de origem 85,7% das mulheres não estavam envolvidas em qualquer associação, esse valor reduziu para 70% após a chegada a Maputo. Uma vez na capital, assiste-se a uma maior inserção nas dinâmicas sociais, ainda que se mantenha maioritariamente circunscrita a associações religiosas (17,5%). Timidamente, verifica-se um maior envolvimento das mulheres nas chamadas «organizações democráticas de massas» (6,9%), em associações de moradores (3,8%) ou em associações sindicais (1,3%). Por outro lado, a melhoria dos rendimentos auferidos é particularmente perceptível entre o universo feminino. Enquanto no local de origem apenas 4,7% das mulheres inquiridas auferia um rendimento superior a 3184 meticais, essa percentagem subiu 36,9% com a chegada à capital. Em termos de geração de rendimentos, Maputo constitui um lugar de maior igualdade de género, ainda que desigual. A carestia da vida urbana, a consequente necessidade de procura de fontes de rendimento e o anonimato das cidades possibilitam, à mulher, a libertação de um conjunto de constrangimentos da tradição (resultantes da concepção do seu papel social na família) e, timidamente, melhoram a sua participação na esfera pública (Feijó & Agy, 2015: 105).

QUADRO 7. PROJECTO DE VIDA NOS PRÓXIMOS CINCO ANOS, POR PROVÍNCIA E GÉNERO

Província de Origem e Género	Continuar a Viver em Maputo	Mudar para Outra Cidade do País	Mudar para Outro País	Voltar à Terra de Origem	Mudar para Outra Zona Rural	Não Sabe	Total
Maputo	68,2%	22,8%	0,0%	4,5%	4,5%	0,0%	100,0%
Gaza	89,8%	0,0%	0,0%	7,4%	0,0%	2,8%	100,0%
Inhambane	82,8%	3,1%	0,8%	13,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Sofala	79,2%	4,1%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Manica	75,0%	25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Tete	50,0%	25,0%	0,0%	25,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Zambézia	59,2%	6,1%	0,0%	34,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Nampula	88,9%	0,0%	0,0%	11,1%	0,0%	0,0%	100,0%
C. Delgado	37,5%	0,0%	12,5%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Niassa	60,0%	0,0%	20,0%	0,0%	20,0%	0,0%	100,0%
Masculino	72,2%	6,2%	1,5%	19,6%	0,0%	0,5%	100,0%
Feminino	86,7%	2,5%	0,0%	8,2%	1,3%	1,3%	100,0%
Geral	78,7%	4,5%	0,8%	14,7%	0,5%	0,8%	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos resultados obtidos.

TRANSFERÊNCIAS PESSOAIS, DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

À luz dos resultados obtidos e não obstante as variações em função do género, do tempo de residência na cidade, das qualificações ou do rendimento dos inquiridos, as transferências pessoais das populações migrantes (quer em dinheiro quer em género) oriundas de Maputo para os seus contextos de origem assumem volumes consideráveis.

Se considerarmos os dados do INE (Raimundo & Muanamoha, 2013: 165), segundo os quais o número de imigrantes internos absolutos na cidade de Maputo era, em 2007, de 343 919 habitantes (Quadro 1), assim como os valores médios das remessas transferidas pelas populações inquiridas (4887,24 meticais), poderíamos estimar o volume total das transferências da capital para o resto do País em 1680 milhões de meticais.

Com vista a obter uma noção mais abrangente da dimensão destes valores, fez-se uma comparação com o montante do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local (OIIL), posteriormente designado Fundo de Desenvolvimento dos Distritos (FDD), que inicialmente visava a atribuição de sete milhões de meticais (na moeda actual) a cada um dos 128 distritos de Moçambique, independentemente das características económicas, demográficas e territoriais, de forma a apoiar, em termos de microcrédito²¹, pequenos empreendedores locais. Desta comparação, constata-se que os valores alocados para os 128 distritos representavam um montante total de 896 milhões de meticais, o que equivaleria a aproximadamente metade (53%) da estimativa de remessas anuais enviadas a partir de Maputo (1,6 mil milhões de meticais), com base nos dados do INE e recolhidos em inquérito.

Se se considerarem os valores das remessas dos emigrantes moçambicanos fora do País²², poderemos ter uma noção mais alargada do alcance destes valores²³ e do impacto que podem exercer a nível microeconómico.

O Quadro 8 compara os montantes dos valores transferidos do estrangeiro para Moçambique com os transferidos de Maputo para o resto do País, assim como com o montante global atri-

²¹ Nos anos mais recentes, os montantes monetários foram significativamente alterados e já não são idênticos em todos os distritos, tendo prevalecido o nome popular de sete milhões para designar o FDD.

²² Em 2010, e de acordo com dados do Banco Mundial (Ratha, Mohapatra & Silwal, 2011: 195), Moçambique tinha 1 178 500 emigrantes, o que representava 5% da população moçambicana, constando nos dez países da África Subsaariana com maior tendência migratória. De acordo com os censos sul-africanos de 2001 (Plaza & Ratha, 2011: 62), 39% da população imigrante na África do Sul e oriunda da África Subsaariana era de origem moçambicana.

²³ Segundo um relatório do Banco Mundial (Plaza & Ratha, 2011), ao longo dos últimos anos e em termos dos fluxos de remessas, tem-se assistido a uma tendência de subida dos valores de entrada em Moçambique, aumentando de 69 milhões de dólares em 2003, para 80 milhões de dólares em 2006 e para 111 milhões em 2009. Em sentido inverso, os imigrantes estrangeiros transferiram 30 milhões de dólares em 2003, 26 milhões em 2006 e 63 milhões em 2009. Saliente-se, contudo, que estes dados se referem simplesmente a informações oficialmente registadas. Se se incluírem as transferências sem registo e através de canais informais, a dimensão das remessas será consideravelmente maior. Segundo o FinScope (FinMark Trust, 2015: 41), os familiares e amigos e os serviços rodoviários continuam a constituir importantes canais de envio de remessas utilizados por 34% e 9% dos inquiridos, respectivamente.

buído ao Fundo de Desenvolvimento dos Distritos. Os dados permitem compreender que, ainda representando metade dos valores transferidos pelos emigrantes moçambicanos no estrangeiro (que continuam a representar a maior fatia ao nível de emissão de remessas), os valores transferidos de Maputo para o resto do País representam um valor significativo, representando em conjunto cerca de quatro vezes mais que o total inicial do FDD.

QUADRO 8. COMPARAÇÃO DOS VALORES DAS TRANSFERÊNCIAS DE EMIGRANTES MOÇAMBICANOS, DE MIGRANTES DE MAPUTO E DO VALOR ATRIBUÍDO PELO FDD (EM MILHÕES DE METICAIS)

	Montante
Transferências monetárias do estrangeiro para Moçambique ⁽¹⁾	3330
Transferências pessoais de migrantes de Maputo para o resto de Moçambique ⁽²⁾	1680
Valor do montante inicial do FDD ⁽³⁾	896

⁽¹⁾ Dados do Banco de Moçambique para 2011, transferidos de forma formal, expressos em dólares e convertidos nesta análise à taxa de câmbio de 30 meticaís.

⁽²⁾ Valor obtido com base nos dados dos Censos Populacionais de 2007 e aplicando o valor médio das transferências pessoais (monetário e em género) obtido através do questionário aplicado.

⁽³⁾ Valor obtido com base no montante de sete milhões de meticaís alocados a cada um dos 122 distritos de Moçambique em 2006.

Esta comparação permite-nos compreender mais facilmente a dimensão dos volumes transferidos pelas populações migrantes, frequentemente de forma informal e subterrânea à economia, directamente injectados no orçamento das famílias. Ainda que maioritariamente aplicadas em consumo, estas transferências pessoais não deixam de contribuir para a satisfação de necessidades urgentes, para a melhoria das condições de vida das populações ou para o alívio de situações de pobreza, ainda que não necessariamente para a sua diminuição. A injeção local de valores monetários não deixa de contribuir para a monetarização da economia rural, aumentando o poder dos agregados familiares, com impactos na dinamização de pequenos negócios locais, relacionados com a construção de casas²⁴ ou com a venda de produtos alimentares, com potenciais efeitos multiplicadores na geração de outros serviços locais. As observações realizadas em comunidades localizadas nos distritos que, de acordo com o estudo, mais contribuem para os fluxos migratórios para a cidade de Maputo – nomeadamente Zavala e Manjacaze – permitem constatar que a melhoria do bem-estar de algumas famílias contrasta com a debilidade ou inexistência de infra-estruturas públicas, nomeadamente com a precariedade das vias e dos meios de transporte, com a ausência de rede eléctrica ou com as distâncias percorridas para acesso a furos de água, estabelecimentos de ensino, de saúde ou a mercados. As fracas condições de transporte, as dificuldades de acesso a crédito ou insumos contribuem para uma

²⁴ Da observação das infra-estruturas e das condições de consumo em localidades do Sul de Moçambique com forte concentração de agregados familiares com membros migrantes, foi possível constatar uma elevada concentração de unidades habitacionais melhoradas ou da existência de bens de consumo (móveis, electrodomésticos e aparelhos de comunicação), mesmo em cenários geográficos com ausência de rede eléctrica.

reduzida integração nos mercados, paralisando a economia rural e tornando-a crescentemente dependente das remessas das populações migrantes. Este cenário pouco convidativo ao investimento não deixa de explicar a reduzida aplicação do valor das transferências pessoais em forças produtivas (quer em actividades agro-pecuárias quer em negócios não agrícolas).

Neste cenário, procurou-se analisar a forma como estes fenómenos migratórios vêm sendo abordados pelas políticas públicas. Por constituir um documento estratégico de intervenção do Governo de Moçambique, optou-se pela análise do Plano Quinquenal 2015-2019. O documento estipula cinco grandes prioridades e três pilares de suporte que, ainda que não confirmam ênfase directo ao fenómeno migratório, não deixam de definir um conjunto de metas, nem sempre de forma clara e objectiva, conducentes ao 1) desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais (e conseqüente retenção de populações); 2) assim como para uma maior integração das populações migrantes nas cidades. No campo do desenvolvimento socioeconómico das zonas rurais, o Plano Quinquenal estipula um conjunto de objectivos relacionados, entre outros, com o desenvolvimento de infra-estruturas sociais, no campo dos transportes e comunicações, ao nível do acesso a água e energia, assim como da saúde e educação.

No campo dos transportes, o plano visa a melhoria e expansão da rede de estradas e pontes vitais para o desenvolvimento socioeconómico, garantindo a respectiva manutenção²⁵, assim como a expansão e melhoria de infra-estruturas logísticas e condições de armazenamento de produtos agrícolas. O plano refere o objectivo de aumento da provisão e de acesso aos serviços de abastecimento de água, através da construção e reabilitação de fontanários e sistemas de abastecimento nas zonas rurais, assim como prosseguir com a instalação de sistemas solares e eólicos para bombeamento de água potável nas comunidades²⁶. Visando o alargamento do acesso e disponibilidade de energia eléctrica, o plano pretende prosseguir com a electrificação rural através da Rede Eléctrica Nacional e de sistemas solares, mantendo como prioridade as sedes dos novos distritos, postos administrativos e localidades²⁷. O plano prevê incrementar e expandir a disponibilidade de energia para irrigação²⁸ e outras actividades produtivas e de geração de rendimentos. No campo da saúde, o plano pretende prosseguir a electrificação de unidades sanitárias através de sistemas solares, visando a expansão da cobertura dos serviços de saúde. Da mesma forma, e visando a melhoria da eficiência e a eficácia do sistema educativo, o plano pretende prosseguir com a electrificação das escolas em zonas rurais ou com a intro-

²⁵ O plano define como objectivo pavimentar 250 km de estradas e reabilitar mil quilómetros de estradas rurais com uso de matérias localmente disponíveis e tecnologias para estradas de baixo volume de tráfego; alargar a percentagem de estradas nacionais e regionais em condições boas e razoáveis de 68% para 75%; alargar as estradas nacionais e regionais reabilitadas de 283 km para 2774 km; e as asfaltadas de 602 km para 2097 km (GdM, 2015: 34).

²⁶ O plano refere a necessidade de aumento da percentagem da população vivendo nas zonas rurais com fonte de água segura de 50% para 75%, assim como de 15% para 50% da população rural que usa serviços de saneamento adequados.

²⁷ O plano refere o objectivo de alargar a percentagem de população com acesso a energia eléctrica de 45% para 55%.

²⁸ Neste campo refere-se a necessidade de aumentar a área de regadios construídos ou reabilitados de 9158 para 16 mil, valor no entanto insuficiente face à extensão do território e ao número de famílias que têm na agricultura a principal actividade.

dução de novas unidades móveis para incrementar o acesso à formação profissional nas zonas rurais, implementando programas e acções de formação profissional para jovens²⁹.

Em termos económicos, o plano proclama a melhoria da competitividade da economia nacional e das empresas, «impulsionada pela agricultura orientada para o mercado, com forte envolvimento do sector familiar e privado visando a geração de emprego e renda, a garantia da segurança alimentar e nutricional, a provisão de matéria-prima para a indústria nacional e a geração de excedentes para exportação» (GdM, 2015: 20). Na prossecução deste objectivo pretende-se estimular a iniciativa auto-emprededora juvenil, gerando rendimentos em áreas predominantes nas zonas rurais como agricultura, pesca, transporte e comércio. Pretende-se aumentar a produtividade no sector familiar agrário e maior inserção no mercado, assim como a expansão de programas de fomento das culturas estratégicas, tradicionais e emergentes orientadas para o mercado, sem no entanto especificar. O plano refere o objectivo de promover linhas de financiamento orientadas para o desenvolvimento de actividades de comercialização e agro-processamento em condições vantajosas, assim como assegurar um «sistema financeiro robusto, moderno, abrangente e inclusivo», manter incentivos com vista à promoção da bancarização e alargamento dos serviços financeiros às zonas rurais e periurbanas sem contudo especificar. Com vista à integração nos mercados, pretende-se estabelecer incentivos através de facilidades de financiamento para a reabilitação, exploração de lojas rurais, a par da potenciação dos seus proprietários para envolvimento no processo de comercialização agrícola sem, mais uma vez, concretizar.

No que concerne à integração das populações rurais nos espaços urbanos de destino, o plano define o objectivo estratégico de aprimorar o planeamento e ordenamento do território e fortalecer a monitorização, fiscalização e responsabilização na elaboração e implementação dos planos de ordenamento territorial, à escala nacional, provincial, distrital e municipal. Trata-se de uma forma de organização administrativa do território que deverá orientar o processo de reassentamento de populações migrantes.

Apesar da definição de diversas acções conducentes ao desenvolvimento rural, o plano apresenta lacunas na abordagem realizada sobre as migrações internas ou sobre os fluxos financeiros existentes entre a cidade e o campo. De facto, os processos migratórios são unicamente abordados ao nível do controlo das populações estrangeiras e do combate à criminalidade, através da construção e reabilitação de infra-estruturas de migração (GdM, 2015: 33), da informatização dos postos fronteiriços, do controlo do fluxo migratório no território nacional (GdM, 2015: 44) e da emissão de vistos (GdM, 2015: 49). Trata-se de uma perspectiva securitária dos processos migratórios, relacionada, sobretudo, com o controlo das fronteiras internacionais, ignorando os movimentos internos existentes no território e os fluxos financeiros, de ideias e experiências

²⁹ O plano prevê um aumento do número de beneficiários de formação profissional de 462 723 para 694 085 indivíduos.

daí resultantes. Por outro lado, esta perspectiva predominantemente proteccionista e securitária revela uma representação negativa do imigrante estrangeiro, concebido como uma potencial ameaça à segurança nacional ou ao emprego, desconsiderando possíveis contributos prestados para o desenvolvimento do País, quer ao nível da formação de quadros, quer de transferência de tecnologia e de novas formas de trabalho, de melhoria da qualidade dos serviços prestados ou da satisfação do consumidor.

Como demonstra Raimundo (2011), a migração não é assumida nas políticas de desenvolvimento do País – por exemplo, nos Planos de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta –, não existindo mecanismos que, eficientemente, estudem as motivações, regulem ou previnam o êxodo rural e o rápido crescimento da população urbana. A autora constata a inexistência de dispositivos estatísticos adequados à captação de movimentos populacionais no território nacional, quer por parte da Direcção Nacional de Migração³⁰ quer por parte do Instituto Nacional de Estatística³¹.

A existência de uma política migratória pode ir muito além de uma abordagem sobre as populações estrangeiras residentes em Moçambique e meramente orientada para o campo administrativo, ao nível da emissão de vistos e documentos de identificação, do controlo dos movimentos de entrada e saída de pessoas ou da cobrança de impostos aduaneiros. Uma gestão sustentada dos fenómenos migratórios passaria por considerar os nacionais que vivem dentro e fora do País, assim como um conjunto de dimensões que retirem proveito e valorizem o contributo do migrante para as zonas de origem. Trata-se de uma abordagem que exerça um impacto mais alargado que simples acções de mitigação, em situações de crise ou de emergência (particularmente em deslocações forçadas por efeito de conflitos ou de catástrofes). Não limitando a liberdade de movimentação de pessoas, o desafio que se coloca prende-se, entre outros, com um conjunto de três aspectos.

Em primeiro lugar, com a minimização dos efeitos advindos dos movimentos de êxodo rural sobre a mão-de-obra disponível no campo, sobre a produção agrícola e segurança alimentar. Em segundo, com os efeitos provocados pela rápida urbanização, com implicações ao nível do desemprego, da informalização das actividades económicas e saturação das infra-estruturas das grandes cidades, assim como da segurança pública. Em terceiro lugar, com a capitalização do fenómeno migratório para o desenvolvimento do País, particularmente ao nível do papel das transferências pessoais na redistribuição geográfica do rendimento.

³⁰ De facto, os formulários preenchidos nas fronteiras aéreas e terrestres (na entrada ou saída de passageiros) não têm sido tratados estatisticamente, de forma a poder conhecer-se com mais exactidão os movimentos fronteiriços (Raimundo, 2011: 70).

³¹ Sob o ponto de vista estatístico, quer nos recenseamentos gerais da população (1980, 1997 e 2007), quer nos Inquéritos Demográficos e de Saúde (1997 e 2003), quer nos Inquéritos sobre Orçamento Familiar (2002/3, 2008/9 e 2014/15), não existe um sistema de recolha de dados específico para as migrações internas, não se fornecendo uma informação completa sobre os movimentos e trajectos populacionais ou sobre as respectivas motivações. Realizados de dez em dez anos, os Censos da População apenas colocam uma questão sobre o local de residência no ano anterior, não captando os movimentos espaciais dos inquiridos durante o restante período.

Neste sentido, a (re)criação de políticas públicas pode ter em conta um conjunto de abordagens relacionadas com a criação de um departamento para assuntos de migração, com a melhoria das condições de envio de remessas ou de serviços bancários para o efeito, introduzindo, desta forma, no circuito formal, os valores transferidos de forma subterrânea ou gerando incentivos à criação de associações de migrantes, potencialmente promotoras do desenvolvimento local. Estas associações podem exercer um papel fundamental a vários níveis. Por um lado, podem funcionar como veículo de pressão para o desenvolvimento de infra-estruturas socioeconómicas. Por outro, podem exercer um papel importante na procura de soluções para inserção dos produtores no mercado, nomeadamente ao nível da criação de programas de atribuição de microcrédito para os associados, para a disponibilização de insumos agrícolas, para a dinamização de condições de transporte para escoamento dos produtos nos mercados ou para a melhoria do relacionamento entre o campo e as pequenas cidades, potenciando experiências acumuladas e contactos existentes para a realização de novos negócios. Em colaboração com estruturas públicas ou governamentais, estas associações podem desempenhar um papel importante na formação de pequenos empresários. Trata-se, de alguma forma, da criação de incentivos para o encaminhamento de parte dos fundos financeiros para o campo associativo, produtivo e comercial, até aqui injectados na esfera familiar para satisfação de necessidades de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura internacional (Krokkfors, 1995; 54; PNUD, 2009; UN Habitat, 2014; Tacoli *et al.*, 2015) demonstra que as migrações constituem uma resposta aos desequilíbrios regionais de desenvolvimento, sendo um mecanismo de melhoria das condições de vida das populações. Trata-se de uma estratégia vital para muitas famílias no sentido de diversificação e melhoria dos seus padrões de vida. De facto, se as migrações estão associadas a situações de vulnerabilidade, a reassentamentos e a problemas de integração urbana, a literatura (First, 1998; Negrão, 2006) vem demonstrando que estes movimentos populacionais não deixam de constituir mecanismos que proporcionam melhores rendimentos, melhor acesso à educação e assistência médica, assim como melhores perspectivas de vida para os agregados familiares.

Ainda que marcada pela insegurança, pelo desemprego ou pela informalização da economia, a cidade de Maputo continua a constituir um espaço de atracção de muitas populações de origem rural, que tendem a auferir, na cidade, rendimentos superiores aos experimentados no local de origem, sobretudo entre as populações mais escolarizadas ou há mais tempo a residir na capital. Por sua vez, o campo é representado como um espaço de privação, ao nível do acesso a água, a energia, a oportunidades de emprego ou de escolarização, constituindo, portanto, um lugar

menos convidativo. Num cenário de assimetria rural-urbana, torna-se compreensível que a maioria dos inquiridos não tenha expectativas de regressar à comunidade de origem. As populações que, num médio prazo, projectam um retorno ao campo caracterizam-se por terem baixos níveis de escolaridade, baixos rendimentos económicos e pela proveniência das províncias do Centro e Norte de Moçambique, com um *background* sociolinguístico distinto. Os dados permitem concluir que as perspectivas de regresso ao campo se enquadram em dificuldades de inserção na capital, não sendo expectável o regresso das populações mais bem sucedidas, assim como a consequente penetração de conhecimento e de capital, potencialmente dinamizador de projectos económicos locais, de pequena ou média dimensão.

Não obstante a inexistência generalizada de perspectivas de regresso ao campo, constata-se fluxos financeiros de Maputo para os contextos rurais, que, somados às remessas de moçambicanos residentes no exterior, assumem uma importante função ao nível da satisfação de necessidades urgentes das famílias, atenuando situações de pobreza. Vletter (2006) demonstra que, apesar das condições agrícolas desfavoráveis, as famílias rurais do Sul de Moçambique desenvolveram padrões de vida comparativamente privilegiados em relação às congéneres a norte do Save, em grande parte devido à histórica migração de trabalho³², quer para a África do Sul (First, 1998; Araújo & Muanamoha, 2011) quer para a cidade de Maputo. Se atendermos aos dados do FinScope (2015: 41), o nível de dependência das famílias rurais nas remessas de migrantes tem vindo a aumentar. Em 2009, 5% das populações rurais recebiam dinheiro de alguém em Moçambique, e 0,2% de alguém a residir no estrangeiro. Em 2015, o valor aumentou para, respectivamente, 9% e 3%.

Os dados disponíveis permitem aferir que as transferências pessoais enviadas para os locais de origem pelos moçambicanos residentes no estrangeiro são consideravelmente superiores à dos moçambicanos residentes na capital de Moçambique. Injectados directamente no orçamento das famílias, estimulando a monetarização de zonas recônditas, assim como o consumo e a iniciativa local, o volume destas transferências monetárias, no seu conjunto, apresenta dimensões consideráveis, cerca de quatro vezes superior ao montante do FDD, cujo objectivo inicial visa promover, precisamente, a descentralização e o poder económico dos distritos.

Por outro lado, paralelamente a estes fluxos financeiros, um conjunto de fluxos de ideias (hábitos e saberes urbanos relacionados com cuidados de saúde ou de prevenção primária, com saberes comerciais ou jurídicos, com a escolarização, etc.) permite a formação informal e a não

³² O autor ressalva que as condições socioeconómicas dos agregados com membros emigrantes não é necessariamente superior ao das famílias não envolvidas em trajectórias migratórias. Neste sentido, Vletter estabelece uma diferenciação económica entre os trabalhadores emigrantes, assente em quatro factores. Em primeiro lugar, nos níveis de remuneração auferida na África do Sul. Em segundo lugar, no comprometimento de trabalhadores emigrantes para o envio de valores monetários ou materiais para os seus agregados de origem. Um terceiro factor relaciona-se com o tamanho da família, que condiciona a força de trabalho disponível para a migração. Um quarto factor diz respeito ao historial migratório dos agregados familiares, sendo que aqueles com uma experiência multigeracional denotam uma maior propensão para a acumulação de recursos.

formal de muitas populações rurais, o progressivo abandono de hábitos obscurantistas (frequentemente os possíveis, perante o contexto de isolamento) e a procura de outras práticas e estratégias, potenciadoras de um desenvolvimento mais integrado.

Aqueles valores financeiros poderão ter um impacto positivo na economia se estiverem reunidas, entre outras, duas condições. Por um lado, os mercados deverão estar suficientemente integrados, com uma força de trabalho flexível e com uma estrutura produtiva adaptável, tornando-se capaz de responder positivamente aos estímulos das remessas. Importa, para tal, a existência de estabilidade política e governativa, assim como um ambiente económico favorável ao investimento, incluindo uma administração pública eficiente e um sistema financeiro descentralizado ou com fortes associações locais de migrantes. Trata-se de fortalecer as relações entre o campo e a cidade, sobretudo através da melhoria das condições de transporte e de comunicação, da criação de condições para escoamento da produção, ou de projectos de agro-processamento que possibilitem a criação de emprego (agrícola ou não agrícola), em particular em áreas de grande concentração de populações migrantes.

REFERÊNCIAS

- Almond, Gabriel & Verba, Sidney (1963). *The Civic Culture*. Nova Jérсия: Princeton University Press.
- Araújo, Manuel & Muanamoha, Ramos (2011). Migração indocumentada de Moçambique para a África do Sul: impacto socioeconómico nas comunidades de origem. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, 24, 165-185.
- BdM (Banco de Moçambique) (2013). *Relatório Anual 2013*. Maputo: Banco de Moçambique.
- Feijó, João & Agy, Aleia (2015). Dynamics of integration of rural Migrants in the City of Maputo – a spatial and gender comparative analysis. *Buzwa! A journal of African Women's experiences*, 6, 95-105.
- FinMark Trust (2015). *FinScope Consumer Survey Mozambique 2014*. Maputo: FinMark Trust.
- First, Ruth (coord.) (1998). *O Mineiro Moçambicano – Um Estudo sobre a Exportação de Mão-de-obra em Inhambane*. Maputo: Imprensa Universitária.
- Forquilha, Salvador (2015). Descentralização sectorial e provisão de serviços públicos em Moçambique – o caso do sector agrário. In Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha & António Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- FSTAP (Financial Sector Technical Assistance Project; Projecto de Assistência Técnica ao Sector Financeiro) (2009). *FinScope Mozambique Survey, 2009*. Ministério das Finanças.
- Ghosh, Bimal (2006). *Migrants' Remittances and Development – Myths, Rhetoric and Realities*. Genebra: International Organization for Migration.
- GdM (Governo de Moçambique) (2015). *Proposta do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019*. Maputo: República de Moçambique.
- Jenkins, Paul (2012). *Home Space Maputo – Context Report*. Maputo: Danish Research Council for Innovation.
- Krokkfors, Christer (1995). Poverty, environmental stress and culture as factors in African migrations. In Jonathan Baker & Tade Akin Aina (eds). *The Migration Experience in Africa*, 54-64. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.
- Lynch, Kenneth (2005). *Rural-Urban Interaction in the Developing World*. Nova Iorque: Routledge.
- Melde, Susanne (2011). *Remessas na África, Caraíbas e Pacífico*. Bruxelas: Observatory on Migration.
- Mohapatra, Sanket & Ratha, Dilip (eds.) (2011). *Remittance Markets in Africa*. Washington DC: Banco Mundial.
- Negrão, José (2006). *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Texto Editores.

- Pinto, Norton & Panguene, Luísa (2014). *4.º Anuário Estatístico sobre Recursos Humanos para a Saúde em Moçambique – 2013*. Maputo: Divisão de Recursos Humanos do Ministério da Saúde.
- Plaza, Sonia & Ratha, Dilip (eds.) (2011). *Diaspora for Development in Africa*. Washington DC: Banco Mundial.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2009). *Ultrapassar Barreiras – Mobilidade e Desenvolvimento*. Maputo: PNUD.
- Raimundo, Inês (2011). Migrações em Moçambique: reflexões sobre uma política de migração. *Estudos Moçambicanos*, 22, 65-90.
- Raimundo, Inês & Muanamoha, Ramos. A dinâmica migratória em Moçambique. In Carlos Arnaldo & Boaventura Cau (2013). *Dinâmicas da População e Saúde em Moçambique*, 157-182. Maputo: CEPESA.
- Raposo, Isabel & Salvador, Cristina (2007). Há diferença: Ali é cidade, Aqui é subúrbio – urbanidade dos bairros, tipos e estratégias de habitação em Luanda e Maputo. In Jochen Oppenheimer & Isabel Raposo (coord). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Edições Colibri.
- Ratha, Dilip, Mohapatra, Sanket & Silwal, Ani (eds.) (2011). *Migration and Remittances Factbook 2011*. Washington DC: Banco Mundial.
- Rigg, Jonathan (1998). Rural-urban interactions, agriculture and wealth: a southeast Asian perspective. *Progress in Human Geography*, 22(4), 497-522.
- Serra, Carlos (2008). Linchamentos, eclipse do social e bodes expiatórios. In Carlos Serra (dir.). *Linchamentos em Moçambique I (uma desordem que apela à ordem)*, 195-208. Maputo: Imprensa Universitária.
- Tacoli, Cecília, McGranahan, Gordon & Satterthwaite, David (2015). Urbanisation, rural-urban migration and urban poverty. *IIED Working Paper*. Londres: International Institute for Environment and Development.
- UN-Habitat (2014). *The State of African Cities 2014 – Re-imagining sustainable urban transitions*. Nairobi: UN-Habitat.
- Vletter, Fion (2006). Migration and development in Mozambique: poverty, inequality and survival. *Migration Policies Series*, 43, 1-39.